

INTERPELAÇÃO ORAL

Aprofundar a transformação verde de Macau

Em 2015, o Governo da RAEM criou o Grupo de Trabalho Interdepartamental para o Combate às Alterações Climáticas, coordenado pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas na qualidade de presidente e responsável pela coordenação dos trabalhos relativos ao cumprimento, por Macau, da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e do Acordo de Paris, com vista a articular-se, de forma empenhada, com a “Dupla Meta de Carbono” do País, contribuindo para definir estratégias de redução de emissões e promover as medidas de conservação energética e redução de emissões. Em 2023, foi publicada a “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau”, que define claramente os objectivos de atingir o pico de emissões até 2030 e de alcançar emissões quase zero até 2050.

Mas o rumo principal que Macau tem no tocante ao desenvolvimento de baixo carbono focaliza-se na concretização de planos de protecção ambiental e na promoção da neutralidade carbónica, sendo ainda impossível elevar os trabalhos de redução de carbono ao nível industrial da “economia verde” e das “finanças verdes”, o que faz com que, em relação à concepção global, ferramentas políticas e capitais internacionais, Macau fique muito aquém dos concorrentes, com um desenvolvimento urbano semelhante em termos de posicionamento e condições.

Veja-se o exemplo de Singapura que, em 2007, criou um “Comité Interministerial para as Alterações Climáticas”, liderado por um dirigente com

nível de Vice-Primeiro-Ministro e dotado de uma comissão executiva e de vários grupos de trabalho especializados, com vista a assegurar a autoridade e a capacidade de execução das políticas. Desde 2019, Singapura começou a cobrar um imposto sobre o carbono, tendo criado a bolsa de carbono CIX, que passou a ser uma importante plataforma regional de mercado voluntário de carbono. A Temasek criou ainda uma plataforma de financiamento de dívidas para infra-estruturas de desenvolvimento sustentável, focada em soluções climáticas, a qual disponibiliza milhares de milhões de dólares para projectos de transformação para baixo carbono e de energias limpas na Ásia.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, o “Grupo de Trabalho Interdepartamental para o Combate às Alterações Climáticas” carece de melhoria no tocante à concepção global, efeito efectivo da coordenação e definição de competências e responsabilidades. Como é que as autoridades vão reforçar a função de coordenação deste grupo de trabalho? Vão criar equipas de trabalho especializadas para concretizar, de forma pormenorizada, os respectivos trabalhos?

2. A promoção para aquisições verdes e redução de emissões de carbono junto do Governo, escolas e empresas de lazer surte um efeito orientador e exemplar. Vai a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) definir, para as empresas com elevadas emissões de carbono, indicadores vinculativos de eficiência energética e de redução de emissões?

26 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon